

COMPRASNET

Pregão Eletrônico



Impugnação 15/02/2019 14:08:08

PROCESSO nº 23005.012478/2018-75 Trata-se de impugnação tempestiva movida por LVD SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA EIRELI inscrita no CNPJ nº 30.780.665/0001-26, em face do edital do Pregão Eletrônico nº 12/2019, cujo objeto é a aquisição de solução completa e expansível de biblioteca de fita LTO, suporte e treinamento para backup de dados. 1 - DOS FATOS Versam o presente termo de impugnação, conforme se expõe abaixo: "A empresa acima qualificada, interessada em participar do certame referente ao Pregão Eletrônico nº 12/2019. Os itens licitados foram unificados em 01 lotes, com objetos que aparentam ser semelhantes mas que na verdade são fornecidos por empresas de ramos totalmente diversos. Os itens 1 a 5 são fornecidos por empresas que trabalham com os equipamentos, instalação e garantia. Já os itens 6 a 8 podem ser fornecidos por diversas empresas, que mesmo não possuindo equipe técnica para instalar, dar garantia e treinar sobre os equipamentos de Fitoteca, possuem estas produtos em estoque, trabalhando como distribuidora e consequentemente com melhores preços. Neste caso, seria correto que o lote fosse dividido da seguinte maneira, "Lote 1 itens 1 a 5" e "Lote 2 itens 6 a 8". 2 - DO DIREITO Existe a possibilidade do julgamento das licitações por Lote, desde que devidamente justificada, este é o entendimento do Tribunal de Contas da União: O critério de julgamento de menor preço por lote somente deve ser adotado quando for demonstrada inviabilidade de se promover a adjudicação por item e evidenciadas razões que demonstrem ser aquele o critério que conduzirá a contratações economicamente mais vantajosas. (Acórdão 1680/2015 - Plenário Data da sessão 08/07/2015 Relator MARCOS BEMQUERER) Também dispõe a Súmula 247 do Tribunal de Contas da União: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala. Há a necessidade de se verificar a viabilidade técnica do objeto, bem como a vantagem trazida para a Administração. Neste caso, não trará o benefício da economia em escala a compra global da licitação, visto que afastará as empresas que trabalham somente com venda e treinamento e as que trabalham somente com as fitas. A Doutrina é clara: "A questão do parcelamento deve ser tratada em cada caso, pois, efetivamente, para dada finalidade técnica e economicamente seria inviável o parcelamento do objeto". Além disso, o art. 23, § 1º, da Lei 8.666/93, estabelece a possibilidade de a Administração fracionar o objeto em lotes ou parcelas desde que haja viabilidade técnica e econômica. Note-se que a solicitação da empresa não é que não existam lotes na licitação, mas sim que sejam feitos agrupamentos com produtos de classes semelhantes. Não é necessário (nem viável) parcelar os lotes em itens separados, mas sim parcelar em mais lotes aproveitando a economia em escala gerada pela licitação de lotes com bastante produtos, mas não proibindo a participação de empresas que só vendas as fitas. O Tribunal de Contas da União já se manifestou várias vezes neste sentido: Não caracteriza cerceamento de competitividade a realização de uma só licitação com objetos múltiplos, se comprovado que o parcelamento implicaria perda de eficiência e prejuízo técnico à Administração. (Número do Acórdão ACÓRDÃO 3041/2008 - PLENÁRIO Relator AUGUSTO NARDES Processo 025.805/2008-6 Tipo de processo REPRESENTAÇÃO (REPR) Data da sessão 10/12/2008 Número da ata 53/2008). A divisão da contratação da obra em itens não deve comprometer a sua satisfatória execução e a integridade do seu conjunto. (Número do Acórdão ACÓRDÃO 2864/2008 - PLENÁRIO Relator MARCOS VINÍCIOS VILAÇA Processo 010.287/2008-2 Tipo de processo REPRESENTAÇÃO (REPR) Data da sessão 03/12/2008 Número da ata 51/2008). Se o parcelamento das obras, no caso concreto, mostra-se prejudicial ao gerenciamento dos serviços, é admissível a realização de licitação única para contratação da execução de todas as etapas que compõem o empreendimento. (Número do Acórdão ACÓRDÃO 678/2008 - PLENÁRIO Relator MARCOS BEMQUERER Processo 003.972/2005-3 Tipo de processo REPRESENTAÇÃO (REPR) Data da sessão 16/04/2008 Número da ata 12/2008). Embora, em tese, fosse tecnicamente possível a divisão do objeto da licitação em parcelas, para adjudicação por itens, tal medida resultaria, na situação concreta, em prejuízo para a economicidade e a eficiência global dos serviços, desnaturando a funcionalidade do sistema integrado de gestão empresarial (Número do Acórdão ACÓRDÃO 265/2008 - PLENÁRIO Relator GUILHERME PALMEIRA Processo 006.746/2000-5 Tipo de processo REPRESENTAÇÃO (REPR) Data da sessão 27/02/2008 Número da ata 05/2008). Dessa forma, verifica-se que a divisão do objeto só deve ser implantada quando houver viabilidade técnica e econômica para isso, o que não se vê no presente caso, pois só trará prejuízo e ônus para a Administração. Nesse ponto, cumpre trazer o ensinamento de Marçal Justen Filho: O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória. Vê-se que embora o parcelamento do objeto seja a regra, só deve ser aplicado caso haja viabilidade técnica e eficiência na prestação dos serviços, o que não se vê no presente caso: [...]o parcelamento do objeto também se condiciona à demonstração da viabilidade econômica e técnica, bem assim à manutenção da economia de escala, tudo objetivando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. (Acórdão 2715/2008, TCU). Além disso, colhe-se da Jurisprudência: MANDADO DE SEGURANÇA. REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. CELESC. PREGÃO ELETRÔNICO. FRACIONAMENTO DA LICITAÇÃO EM LOTES. RESTRIÇÃO DA COMPETITIVIDADE. ANULAÇÃO DO CERTAME. RECURSO VOLUNTÁRIO. RAZÕES RECURSAIS ALHEIAS AO WRIT. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA DO ART. 514, II, DO CPC. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA NESTE PONTO. DIVISÃO POR LOTES COM BASE NO INTERESSE PÚBLICO. INOCORRÊNCIA AUSÊNCIA DE CRITÉRIO OBJETIVO. RECURSO CONHECIDO EM PARTE, E NESTA, DESPROVIDO. [...] Ou seja, o fracionamento do pregão promoveu uma redução no número de participantes, de modo que a manutenção da anulação do certame é medida que se impõe. (Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2013.078963-2, Rel. Des. Júlio César Knoll, TJSC, em 29/03/2016). E mais: AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E À DECISÃO DO PREGOEIRO. AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL. TESE DA LEGITIMIDADE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO AFASTADA. COMPETÊNCIA DO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU MANTIDA. LIMINAR CONCEDIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA CASSADA PARCIALMENTE. SUSPENSÃO DO PREGÃO POR DUPLO FUNDAMENTO: MALFERIMENTO AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE, NÃO PERMITIDA A DIVISÃO DOS BENS LICITADOS EM LOTES; EXIGUIDADE DO PRAZO DEFINIDO PARA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS. CONCORDÂNCIA DO PODER PÚBLICO QUANTO AO SEGUNDO ARGUMENTO. HIPÓTESE QUE NÃO IMPLICA EM PREJUDICIALIDADE DO PRESENTE AGRAVO, QUE REMANESCE PELO PRIMEIRO ARGUMENTO. OPÇÃO POR LOTE ÚNICO PARA FORNECIMENTO DE CONJUNTOS DE HELANCA (JAQUETA E CALÇA), BERMUDAS, CAMISetas MANGA CURTA E LONGA, PARES DE SANDÁLIA, MEIA E TÊNIS, QUE GARANTE ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA. PROSSEGUIMENTO DO CERTAME AUTORIZADO, COM DILATAÇÃO DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. A regra é a preferência pelo fracionamento da contratação; a exceção a adoção de lote único. O que define a prevalência do modo de aquisição é o interesse público. Este, manda seja dado preponderância aos princípios da economicidade e da eficiência sobre o da competitividade. (Agravado de Instrumento n. 2008.080127-9, Rel. Des. Cesar

Abreu, TJSC, em 16/06/2009). Resta devidamente comprovado que o Lote 1 não deve se manter como está, pois caracterizaria afronta a competitividade de empresas que não trabalhem com equipamentos e fitas, mas também não se verifica ser viável a licitação por itens separados, por ser medida antieconômica, sendo a divisão dos itens 1 a 5 e 6 a 8 em 2 lotes a solução mais viável economicamente. 3 - DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS Diante das razões supra, requer que se digne Vossa Senhoria em receber a presente impugnação, julgando-a procedente para alterar o termo de referência da licitação adequando-os aos argumentos acima expostos dividindo em 2 lotes. Nestes termos, pede deferimento.”

Fechar